


PROGRAMA DO PROCEDIMENTO

CONCURSO PÚBLICO


Conceção e Implementação de Sistema de
Segurança Avançado para Proteção das
Instalações do CTI e seus Colaboradores

Procedimento n.º 12-111-CTI-25


	PROGRAMA DO PROCEDIMENTO	
	Conceção e Implementação de Sistema de Segurança Avançado para Proteção das Instalações do CTI e seus Colaboradores	
	Código do Procedimento	12-111-CTI-25
	CPV	42961100-1
	Código Projeto	C644866475-00000012

Índice

Cláusula 1ª -	Entidade Adjudicante	3
Cláusula 2ª -	Decisão de Contratar	3
Cláusula 3ª -	Identificação e Fundamentação do Procedimento	3
Cláusula 4ª -	Entidade Responsável pelos Esclarecimento	3
Cláusula 5ª -	Tramitação do Procedimento e Disponibilização das Peças	3
Cláusula 6ª -	Peças do Procedimento.....	3
Cláusula 7ª -	Objeto do Procedimento	4
Cláusula 8ª -	Agrupamentos	4
Cláusula 9ª -	Júri do Concurso.....	4
Cláusula 10ª -	Documentos da Proposta	5
Cláusula 11ª -	Idioma dos Documentos.....	5
Cláusula 12ª -	Propostas variantes	5
Cláusula 13ª -	Prazo e modo de apresentação da proposta	6
Cláusula 14ª -	Prorrogação do prazo fixado para a apresentação das propostas	6
Cláusula 15ª -	Retirada da Proposta	6
Cláusula 16ª -	Negociação.....	6
Cláusula 17ª -	Manutenção das Propostas.....	7
Cláusula 18ª -	Exclusão das Propostas	7
Cláusula 19ª -	Impedimentos.....	7
Cláusula 20ª -	Esclarecimentos, Retificações e Alteração das Peças do Procedimento	7
Cláusula 21ª -	Preço base.....	8
Cláusula 22ª -	Preço Anormalmente Baixo	8
Cláusula 23ª -	Critérios de Adjudicação.....	9
Cláusula 24ª -	Critérios de Adjudicação - Preço	9

	PROGRAMA DO PROCEDIMENTO	
	Conceção e Implementação de Sistema de Segurança Avançado para Proteção das Instalações do CTI e seus Colaboradores	
	Código do Procedimento	12-111-CTI-25
	CPV	42961100-1
	Código Projeto	C644866475-00000012

Cláusula 25ª – Critérios de Adjudicação – Qualidade da Proposta	9
Cláusula 26ª – Critérios de Adjudicação – Prazo de Execução	12
Cláusula 27ª - Pontuação Final	13
Cláusula 28ª - Critério de Desempate	13
Cláusula 29ª - Lista dos Candidatos e Consulta das Candidaturas Apresentadas	13
Cláusula 30ª - Análise das Propostas	13
Cláusula 31ª - Classificação de Documentos da Proposta	14
Cláusula 32ª - Relatório Preliminar	14
Cláusula 33ª - Audiência Prévia	14
Cláusula 34ª - Relatório Final	14
Cláusula 35ª - Notificação da Decisão de Adjudicação	14
Cláusula 36ª - Documentos da Habilitação	15
Cláusula 37ª - Minuta do Contrato	15
Cláusula 38ª - Reclamação da Minuta do Contrato	15
Cláusula 39ª - Celebração do Contrato	16
Cláusula 40ª - Caução	16
Cláusula 41ª - Despesas Administrativas	16
Cláusula 42ª - Tratamento de dados pessoais no âmbito do concurso	16
Cláusula 43ª - Prazos	17
Cláusula 44ª - Legislação Aplicável	17
Anexo A	18
Anexo B	20
Anexo C	22
Anexo D	23

	PROGRAMA DO PROCEDIMENTO	
	Conceção e Implementação de Sistema de Segurança Avançado para Proteção das Instalações do CTI e seus Colaboradores	
	Código do Procedimento	12-111-CTI-25
	CPV	42961100-1
	Código Projeto	C644866475-00000012

Cláusula 1ª - Entidade Adjudicante

1. BIKiNNOV – Bike Value Innovation Center - Association, sita na Rua Ramiro Soares de Miranda, 133, 3750-866 Borralha – Águeda, com o telefone n.º 234 612 640 e com o endereço de correio eletrónico geral@bikinnov.pt.
2. A plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante para todas as comunicações no âmbito do presente procedimento é acinGov e encontra-se disponível em www.acingov.pt.

Cláusula 2ª - Decisão de Contratar

A decisão de contratar foi tomada em 03/02/2025, pela Direção da BIKiNNOV, que delegou no Diretor Executivo da BIKiNNOV, todas as competências inerentes ao procedimento de Contratação, nos termos da delegação de competências aprovada, em 3 de Janeiro de 2023.

Cláusula 3ª - Identificação e Fundamentação do Procedimento

O procedimento pré-contratual adotado é a Concurso Público, nos termos da alínea b) do nº1 do artigo 20.º do CCP, na sua redação atual.

A entidade adjudicante reserva-se no direito de, em procedimento futuro, poder vir a adotar o procedimento de ajuste direto, nos termos da alínea a) e b) do nº 1 do artigo 24.º do CCP.

Cláusula 4ª - Entidade Responsável pelos Esclarecimentos

Compete ao Júri do procedimento prestar esclarecimentos relativos à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento.


Cláusula 5ª - Tramitação do Procedimento e Disponibilização das Peças

1. A tramitação do procedimento será efetuada na plataforma eletrónica de contratação pública acinGov, acessível através do sítio eletrónico www.acingov.pt
2. As peças do procedimento são integralmente disponibilizadas, de forma livre, completa e gratuita, na plataforma eletrónica a partir da data da publicação do anúncio.
3. Todos os atos inerentes ao presente procedimento serão efetuados em exclusivo na plataforma eletrónica de contratação pública.

Cláusula 6ª - Peças do Procedimento

As peças do procedimento são as seguintes:

- a) Anúncio em Diário da República;
- b) Programa do Procedimento e respetivos anexos;
- c) Caderno de Encargos e respetivos anexos;

	PROGRAMA DO PROCEDIMENTO	
	Conceção e Implementação de Sistema de Segurança Avançado para Proteção das Instalações do CTI e seus Colaboradores	
	Código do Procedimento	12-111-CTI-25
	CPV	42961100-1
	Código Projeto	C644866475-00000012

Cláusula 7ª - Objeto do Procedimento


1. O objeto do presente procedimento consiste na aquisição de serviços de **“Conceção e Implementação de Sistema de Segurança Avançado para Proteção das Instalações do CTI e seus Colaboradores”** financiado pelo Programa de Recuperação e Resiliência (PRR) e do Fundo NextGeneration da União Europeia (EU), cuja candidatura tem a designação *“AM2R – Agenda Mobilizadora para a Inovação Empresarial do setor das duas rodas”* e insere-se no âmbito do projeto nº C644866475-00000012, com o código interno 001AM2-WP9-111-CTI.
2. O presente procedimento encontra-se classificada no vocabulário comum para os contratos públicos (CPV) com o código **42961100-1**, designado por **Sistema de Controlo de Acessos**.

Cláusula 8ª - Agrupamentos

Não serão admitidos agrupamentos.

Cláusula 9ª - Júri do Concurso

1. O júri do concurso é composto por 3 (três) membros efetivos, um dos quais preside, e 2 (dois) suplentes, designados por deliberação do órgão competente para a decisão de contratar.
2. O júri do concurso inicia as suas funções no dia útil subsequente ao do envio do anúncio para publicação.
3. Ao júri do concurso compete praticar todos os atos e realizar todas as diligências relacionadas com o presente procedimento cuja competência não esteja reservada à entidade adjudicante, nomeadamente a prestação de esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do concurso, a avaliação das propostas, a realização da audiência prévia dos interessados e a elaboração dos respetivos relatórios preliminar e finais.
4. O júri do concurso pode socorrer-se de peritos ou consultores, designados pelo órgão competente para a decisão de contratar, para emissão de pareceres em áreas especializadas, nos termos do nº 6 do artigo 68º do CCP.
5. Nos termos, e para efeitos do disposto no n.º 2 do artigo 55.º do Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro na sua redação atual (Código de Procedimento Administrativo), é nomeado o júri como responsável pela direção do procedimento.

	PROGRAMA DO PROCEDIMENTO	
	Conceção e Implementação de Sistema de Segurança Avançado para Proteção das Instalações do CTI e seus Colaboradores	
	Código do Procedimento	12-111-CTI-25
	CPV	42961100-1
	Código Projeto	C644866475-00000012

Cláusula 10ª - Documentos da Proposta


1. Os documentos da Proposta, diretamente relacionados com o objeto do procedimento, a apresentar nos termos do Artigo 57.º do CCP, sob pena de exclusão:
 - 1.1. Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do Caderno de Encargos, prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP, elaborada em conformidade com o modelo constante do Anexo I ao presente Programa do procedimento;
 - 1.2. Proposta nos termos do Artigo 56.º e 57.º do CCP;
 - 1.3. A proposta deve ser apresentada de acordo com o modelo em anexo, indicando os custos unitários.
 - 1.4. Certidão do registo comercial, com todas as inscrições em vigor, para identificação dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções, ou documento equivalente;
 - 1.5. O concorrente poderá apresentar quaisquer outros documentos que considere indispensáveis para complementar a proposta.
 - 1.6. Proposta de Solução nos termos da Cláusula 25ª do Caderno de Encargos.
 - 1.7. Declaração da Integração dos Requisitos DNSH (anexo C).
2. Os candidatos devem apresentar reprodução dos documentos referidos nos números anteriores através da plataforma eletrónica de contratação pública designada para o efeito.
3. Os candidatos podem, em substituição da reprodução dos documentos referidos no número anterior, indicar o sítio da Internet onde aqueles podem ser consultados, bem como a informação necessária a essa consulta, desde os referidos sítios e documentos deles constantes estejam redigidos em língua portuguesa.
4. Todos os documentos devem ser assinados eletronicamente pelo concorrente ou seus representantes que tenham poderes para o obrigar.

Cláusula 11ª - Idioma dos Documentos

1. Nos termos do n.º 1 do Artigo 58.º do CCP os documentos destinados à avaliação das propostas são obrigatoriamente redigidos em língua Portuguesa.
2. Quando, pela sua própria natureza ou origem, os documentos de habilitação estiverem redigidos em língua estrangeira, devem as entidades adjudicatárias fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada ou os documentos podem ser apresentados em língua estrangeira, desde que o adjudicatário indique a local ou origem dos mesmos de forma a poder ser realizada a sua confirmação.

Cláusula 12ª - Propostas variantes

É permitida a apresentação de propostas variantes.

	PROGRAMA DO PROCEDIMENTO	
	Conceção e Implementação de Sistema de Segurança Avançado para Proteção das Instalações do CTI e seus Colaboradores	
	Código do Procedimento	12-111-CTI-25
	CPV	42961100-1
	Código Projeto	C644866475-00000012

Cláusula 13ª - Prazo e modo de apresentação da proposta

1. Nos termos do artigo 135º do CCP, o prazo limite para apresentação das propostas é as 17:00 (dezassete horas, fuso horário de Lisboa) do 10º (décimo) dia a contar da data de envio para publicação do anúncio em Diário da República.
2. As propostas e os documentos que as acompanham serão entregues através da plataforma eletrónica até à data e horas definidas no número anterior.
3. O concorrente deverá prever o tempo necessário para a inserção das propostas e documentos, bem como para a sua assinatura eletrónica, em função do tipo de internet de que dispõem, uma vez que todo esse processo só será permitido até à hora fixada no n.º 1 desta Cláusula.

Cláusula 14ª - Prorrogação do prazo fixado para a apresentação das propostas


1. Quando as retificações referidas no artigo 50º do CCP, independentemente do momento da sua comunicação, ou a aceitação de erros ou de omissões de caderno de encargos nos termos do disposto no artigo 64º do CCP implicarem alterações de aspetos fundamentais das peças do procedimento, o prazo fixado para a apresentação das propostas será prorrogado, no mínimo, por período equivalente ao tempo decorrido desde o início daquele prazo até à comunicação das retificações ou à publicitação da decisão de aceitação de erros ou de omissões.
2. As decisões de prorrogação nos termos do disposto no número anterior cabem ao órgão competente para a decisão de contratar e devem ser juntas às peças do procedimento e notificados a todos os interessados, publicando-se imediatamente aviso daquelas decisões, nos termos do disposto no nº 1 do artigo 130º do CCP.
3. O júri procede à retificação oficiosa de erros de escrita ou de cálculo contidos nas candidaturas ou propostas, desde que seja evidente para qualquer destinatário a existência do erro e os termos em que o mesmo deve ser corrigido.
4. Os pedidos formulados pelo júri ou a entidade competente para o efeito nos termos dos números 1 e 3, bem como as respetivas respostas, serão disponibilizados na plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante, sendo todos os candidatos e concorrentes notificados desse facto.

Cláusula 15ª - Retirada da Proposta

1. Até ao termo fixado para apresentação das propostas, os interessados que já as tenham apresentado podem retirá-las através de comunicação à entidade adjudicante, nos termos do disposto no artigo 137º do CCP.
2. O exercício da faculdade prevista no número anterior não prejudica o direito a apresentação de nova candidatura dentro do prazo definido.

Cláusula 16ª - Negociação

A proposta apresentada não será objeto de negociação.

	PROGRAMA DO PROCEDIMENTO	
	Conceção e Implementação de Sistema de Segurança Avançado para Proteção das Instalações do CTI e seus Colaboradores	
	Código do Procedimento	12-111-CTI-25
	CPV	42961100-1
	Código Projeto	C644866475-00000012

Cláusula 17ª - Manutenção das Propostas

Os concorrentes são obrigados a manter as respetivas propostas apresentadas por um período não inferior a 66 (sessenta e seis) dias a contar da data do termo do prazo fixado para a apresentação das mesmas.

Cláusula 18ª - Exclusão das Propostas


1. São excluídas as propostas cuja análise revele alguma das situações previstas no n.º 2 do artigo 146.º do CCP.
2. São ainda excluídas as propostas cuja análise revele:
 - 2.1. Que não sejam constituídas por todos os documentos exigidos no Programa do Concurso;
 - 2.2. Que não respeitem o modo de apresentação dos documentos, definidos no Programa do Concurso.
3. Só são avaliadas as propostas que não forem excluídas.

Cláusula 19ª - Impedimentos

1. Não podem ser candidatos, concorrentes ou integrar qualquer agrupamento as entidades que se encontrem em alguma das situações previstas no artigo 55.º do CCP.
2. A ocorrência de qualquer dos impedimentos referidos no número anterior implica a exclusão do candidato ou concorrente, seja qual for a fase em que o procedimento se encontre.
3. O disposto no número anterior não prejudica a aplicação do disposto no n.º 2 do artigo 55.º e no artigo 55.º-A, ambos do CCP.

Cláusula 20ª - Esclarecimentos, Retificações e Alteração das Peças do Procedimento

1. Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento devem ser solicitados pelos interessados, através da plataforma eletrónica acinGov, no primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, devendo os concorrentes apresentar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e omissões das peças do procedimento por si detetados.
2. Consideram-se erros e omissões das peças do procedimento os que digam respeito a:
 - a) Aspetos ou dados que se revelem desconformes com a realidade;
 - b) Condições técnicas de execução do objeto do contrato a celebrar que o interessado não considere exequíveis;
 - c) Erros e omissões do projeto de execução que não se incluam nas alíneas anteriores.
3. A lista com os esclarecimentos e as retificações referidos nos números anteriores serão disponibilizados na plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante e juntos às peças do procedimento que se encontrem patentes para consulta, notificando todos os interessados para esse facto.
4. Sem prejuízo do previsto nos números anteriores, o órgão competente para a decisão de contratar pode, oficiosamente, proceder à retificação de erros ou omissões das peças do procedimento, bem

	PROGRAMA DO PROCEDIMENTO	
	Conceção e Implementação de Sistema de Segurança Avançado para Proteção das Instalações do CTI e seus Colaboradores	
	Código do Procedimento	12-111-CTI-25
	CPV	42961100-1
	Código Projeto	C644866475-00000012

como prestar esclarecimentos, no mesmo prazo referido no n.º 4, ou até ao final do prazo de entrega das propostas, sem prejuízo, neste caso, do previsto no artigo 64.º, n.os 1 e 2, do CCP.


5. O júri do procedimento ou a entidade competente para o efeito pode pedir aos concorrentes quaisquer esclarecimentos sobre as propostas apresentadas que considere necessários para efeito da análise e da avaliação das mesmas.
6. Os esclarecimentos prestados pelos respetivos concorrentes fazem parte integrante das mesmas, desde que não contrariem os elementos constantes dos documentos que as constituem, não alterem ou completem os respetivos atributos, nem visem suprir omissões que determinam a sua exclusão nos termos do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 70.º do CCP.
7. O júri ou a entidade competente para o efeito solicita aos candidatos e concorrentes que, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, procedam ao suprimento das irregularidades das suas propostas e candidaturas causadas por preterição de formalidades não essenciais e que careçam de suprimento, incluindo a apresentação de documentos que se limitem a comprovar factos ou qualidades anteriores à data de apresentação da proposta ou candidatura, e desde que tal suprimento não afete a concorrência e a igualdade de tratamento.

Cláusula 21ª - Preço base

1. O preço base do presente procedimento é de **50.000,00€ (cinquenta mil euros)**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, correspondendo ao preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato.
2. A fundamentação do preço base em preços atualizados do mercado, obtidos através de consulta preliminar prevista no artigo 35º-A, estando assim cumprido o nº3, do artigo 47º do CCP.
3. A proposta será excluída se apresentar um preço contratual, superior ao indicado no número anterior, nos termos da alínea d) do n.º 2 do artigo 70.º do CCP.

Cláusula 22ª - Preço Anormalmente Baixo

1. Para o presente procedimento será definido um preço anormalmente baixo, as propostas que apresentem um preço base inferior a 20% do preço base do caderno de encargos.
2. Por decisão devidamente fundamentada, não obstante, do indicado no parágrafo anterior, pode o preço ou custo de uma proposta ser considerado anormalmente baixo, pelo que o concorrente deverá apresentar esclarecimentos relativos aos elementos constitutivos relevantes da sua proposta.
3. Nos termos da alínea e) do nº2 do artigo 70º do CCP, na sua atual redação, a proposta poderá ser excluída por um preço ou custo anormalmente baixo, cujos esclarecimentos justificativos não tenham sido considerados nos termos do artigo 71º do CCP.

	PROGRAMA DO PROCEDIMENTO	
	Conceção e Implementação de Sistema de Segurança Avançado para Proteção das Instalações do CTI e seus Colaboradores	
	Código do Procedimento	12-111-CTI-25
	CPV	42961100-1
	Código Projeto	C644866475-00000012

Cláusula 23ª – Critérios de Adjudicação

1 – A adjudicação será feita de acordo com os seguintes critérios:

Critério	Ponderação
Preço	50%
Qualidade da Proposta	30%
Prazo de Entrega	20%

2. A pontuação final resulta da ponderação dos vários critérios afetados pelas respetivas pontuações, atribuídas pelo júri.

Cláusula 24ª – Critérios de Adjudicação - Preço


A análise das propostas em face do subfactor preço será operacionalizada através da aplicação da fórmula seguidamente indicada, sendo considerada mais vantajosa a que apresentar a pontuação mais elevada:
Em que:

$$\text{Preço} = \frac{(\text{Preço Base} - \text{Preço da Proposta})}{\text{Preço Base}}$$


Cláusula 25ª – Critérios de Adjudicação – Qualidade da Proposta

1. A análise das propostas em face do subfactor preço será operacionalizada através da aplicação da seguinte pontuação em função da qualidade da proposta.:


Critério	Descrição	Pontuação
Qualidade da Proposta	C1 (15%). A solução apresentada é flexível e escalável:	
	– Solução limitada, pouca capacidade de adaptação;	3 pontos
	– Solução com flexibilidade razoável e possibilidade de expansão;	7 pontos
	– Solução altamente	10 pontos

	PROGRAMA DO PROCEDIMENTO	
	Conceção e Implementação de Sistema de Segurança Avançado para Proteção das Instalações do CTI e seus Colaboradores	
	Código do Procedimento	12-111-CTI-25
	CPV	42961100-1
	Código Projeto	C644866475-00000012

	flexível, com escalabilidade comprovada.	
	<p>C2(15%). A solução apresentada permite a integração com sistemas de segurança:</p> <ul style="list-style-type: none"> – Não integra sistemas de segurança ou integrações limitadas; – Integra com sistemas de segurança de forma moderada; – Integra totalmente com sistemas de segurança, garantindo compatibilidade. 	<p>3 pontos</p> <p>7 pontos</p> <p>10 pontos</p>
	<p>C3(25%). Clareza na Descrição da Proposta:</p> <ul style="list-style-type: none"> – Proposta mal estruturada e pouco detalhada; – Proposta clara mas com detalhes insuficientes; – Proposta muito bem 	<p>3 pontos</p> <p>7 pontos</p> <p>10 pontos</p>

	PROGRAMA DO PROCEDIMENTO	
	Conceção e Implementação de Sistema de Segurança Avançado para Proteção das Instalações do CTI e seus Colaboradores	
	Código do Procedimento	12-111-CTI-25
	CPV	42961100-1
	Código Projeto	C644866475-00000012

	estruturada e clara, com todos os detalhes expostos.	
	C4(15%). Adequabilidade da solução a um Centro de Tecnologia e Inovação <ul style="list-style-type: none"> – Solução inadequada ou com poucas funcionalidades específicas; – Solução adequada, com funcionalidades básicas para o centro; – Solução altamente adequada, com funcionalidades inovadoras e personalizáveis para o centro. 	<p>3 pontos</p> <p>7 pontos</p> <p>10 pontos</p>
	C5(15%). Pormenor do Mapa de Quantidades: <ul style="list-style-type: none"> – Mapa de quantidades pouco detalhado; – Mapa de quantidades razoável, com algum nível de detalhe; 	<p>3 pontos</p> <p>7 pontos</p>

	PROGRAMA DO PROCEDIMENTO	
	Conceção e Implementação de Sistema de Segurança Avançado para Proteção das Instalações do CTI e seus Colaboradores	
	Código do Procedimento	12-111-CTI-25
	CPV	42961100-1
	Código Projeto	C644866475-00000012

$$\text{Prazo} = \frac{(\text{Prazo Base} - \text{Prazo da Proposta})}{\text{Prazo Base}}$$

Sendo que:

- Prazos em dias

Cláusula 27ª - Pontuação Final

A pontuação final resulta da ponderação dos vários critérios afetados pelas respetivas pontuações, atribuídas pelo júri.

Cláusula 28ª - Critério de Desempate


1. Em caso de igualdade de preço das propostas, será efetuado um sorteio entre as mesmas, para determinar a que ficará em 1.º lugar.
2. O sorteio far-se-á por extração de boletins de papel numerados, dobrados e colocados no interior de um saco, a efetuar pelos concorrentes das propostas de preço igual.
3. A proposta do concorrente que tirar o boletim de papel com o número mais baixo será a vencedora.

Cláusula 29ª - Lista dos Candidatos e Consulta das Candidaturas Apresentadas

1. O Júri, no dia imediato ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, procede à publicitação da lista dos candidatos na plataforma eletrónica definida para o efeito.
2. Os interessados que não tenham sido incluídos na lista dos candidatos podem reclamar desse facto, no prazo de 3 (três) dias contados da publicitação da lista, devendo para o efeito apresentar comprovativo da apresentação tempestiva da sua candidatura.
3. Caso a reclamação prevista no número anterior seja deferida, mas não se encontre a candidatura do reclamante, o Júri fixa-lhe um novo prazo para a apresentar, sendo aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto no n.º 1.
4. Após passado o prazo de reclamação da lista de candidatos ou o previsto no parágrafo anterior, o júri procede à publicitação das propostas apresentadas.

Cláusula 30ª - Análise das Propostas

1. São excluídas as propostas que apresentem algum (ns) dos motivos constantes dos artigos 70.º e 146.º do CCP.
2. Na análise das propostas os serviços terão em consideração apenas os documentos exigidos no presente programa e convite. Os demais documentos apresentados pelos concorrentes não serão

	PROGRAMA DO PROCEDIMENTO	
	Conceção e Implementação de Sistema de Segurança Avançado para Proteção das Instalações do CTI e seus Colaboradores	
	Código do Procedimento	12-111-CTI-25
	CPV	42961100-1
	Código Projeto	C644866475-00000012

objeto de apreciação, prevalecendo para o efeito o estipulado no caderno de encargos e programa.

Cláusula 31ª - Classificação de Documentos da Proposta

1. Os pedidos de confidencialidade das propostas formulados pelos Concorrentes devem ser submetidos de acordo com o disposto no Artigo 66.º do CCP, cabendo ao Adjudicante a sua autorização.
2. Todos os documentos da proposta que contenham dados pessoais (no âmbito da Lei de Proteção de Dados Pessoais) devem ser submetidos em conjunto num único ficheiro com solicitação de confidencialidade na plataforma eletrónica de contratação pública, sem que para tal tenha de ser observado o indicado no paragrafo anterior.
3. Os documentos que contenham dados pessoais, agregados em ficheiro com atributos da proposta submetidos à concorrência ou termos ou condições da proposta não submetidos à concorrência, para os quais não tenha sido observado estabelecido no n.º 1. da presente cláusula, não serão objeto de confidencialidade.

Cláusula 32ª - Relatório Preliminar

1. Após a análise das candidaturas e a aplicação às mesmas do critério de adjudicação, o Júri elabora um relatório preliminar fundamentado, no qual deve propor a ordenação das propostas.
2. No relatório preliminar a que se refere o número anterior, o Júri deve também propor a exclusão das candidaturas relativamente às quais se verifique alguma das situações a que alude o n.º 2 do artigo 146.º do CCP.

Cláusula 33ª - Audiência Prévia


Elaborado o relatório preliminar referido no artigo anterior, o Júri nos termos do artigo 147º do Código de contratos Públicos em vigor, envia-o a todos os candidatos para que, querendo, se pronunciem por escrito no prazo que para o efeito lhes for fixado, não podendo o mesmo ser inferior a 5 (cinco) dias, salvo se tiver sido apresentada uma única proposta.

Cláusula 34ª - Relatório Final

O Júri elabora um relatório final fundamentado nos termos do disposto no artigo 148.º do CCP.

Cláusula 35ª - Notificação da Decisão de Adjudicação

1. O Adjudicatário notifica todos os concorrentes através da plataforma designada para o efeito, da decisão de adjudicação.
2. Juntamente com a comunicação indicada no paragrafo anterior, o Adjudicatário será notificado para apresentar os documentos de habilitação e a respetiva Caução quando aplicável.

	PROGRAMA DO PROCEDIMENTO	
	Conceção e Implementação de Sistema de Segurança Avançado para Proteção das Instalações do CTI e seus Colaboradores	
	Código do Procedimento	12-111-CTI-25
	CPV	42961100-1
	Código Projeto	C644866475-00000012

Cláusula 36ª - Documentos da Habilitação


- O adjudicatário deve apresentar, no prazo de **10 dias (úteis)** a contar da notificação da adjudicação, os seguintes documentos ou disponibilização de acesso para a sua consulta online:
 - Declaração de situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea d) do artigo 55.º do CCP;
 - Declaração de situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea e) do artigo 55.º do CCP;
 - Certificado(s) de registo criminal, para efeitos de celebração de contratos públicos, dos representantes legais, destinado a comprovar que não se encontram em nenhuma das situações previstas nas alíneas b) e h) do artigo 55.º do CCP, não bastando a apresentação de certidões em número equivalente ao das pessoas com poderes para obrigar a sociedade;
 - Declaração prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP, conforme modelo constante do Anexo B do presente ofício convite (declaração de não impedimento, conforme modelo constante do Anexo B do Código dos Contratos Públicos);
 - Documento que revele a titularidade das habilitações adequadas e necessárias à execução das prestações objeto do contrato a celebrar (certidão permanente ou documento equivalente);
 - RCBE - Registo Central de Beneficiário Efetivo;
- Caso sejam detetadas irregularidades nos documentos de habilitação entregues pelo adjudicatário nos termos do número anterior, será concedido um prazo adicional de 5 dias úteis, destinado ao seu suprimento.
- Os documentos devem ser redigidos em língua portuguesa.
- Quando, pela sua própria natureza ou origem, os documentos de habilitação estiverem redigidos em língua estrangeira, deve o adjudicatário fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada.

Cláusula 37ª - Minuta do Contrato

- A minuta do contrato a celebrar deverá ser notificada ao adjudicatário em simultâneo com a decisão de adjudicação.
- A minuta considera-se aceite pelo adjudicatário quando haja aceitação expressa ou quando não haja reclamação nos cinco dias subsequentes à respetiva notificação.

Cláusula 38ª - Reclamação da Minuta do Contrato

- Serão admissíveis reclamações contra a minuta do contrato quando dela constem obrigações não contidas na proposta ou nos documentos que serviram de base ao concurso.

	PROGRAMA DO PROCEDIMENTO	
	Conceção e Implementação de Sistema de Segurança Avançado para Proteção das Instalações do CTI e seus Colaboradores	
	Código do Procedimento	12-111-CTI-25
	CPV	42961100-1
	Código Projeto	C644866475-00000012

2. Em caso de reclamação, o órgão competente que aprovou a minuta do contrato comunicará ao adjudicatário, no prazo de 10 (dez) dias, o que houver decidido sobre a mesma, equivalendo o silêncio à rejeição da reclamação.

Cláusula 39ª - Celebração do Contrato

1. O contrato deve ser celebrado no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da celebração da minuta ou da decisão sobre a reclamação, mas nunca antes de:
 - a) Decorridos 10 (dez) dias contados da notificação da decisão de adjudicação a todos os concorrentes;
 - b) Apresentados todos os documentos de habilitação exigidos;
 - c) Apresentação da caução, caso aplicável.
2. O Adjudicante comunica ao Adjudicatário a forma e data de outorga do Contrato.

Cláusula 40ª - Caução


1. Tendo em consideração o valor do procedimento não é exigida caução.

Cláusula 41ª - Despesas Administrativas

As despesas administrativas produzidas pelo presente procedimento, são da responsabilidade do concorrente.

Cláusula 42ª - Tratamento de dados pessoais no âmbito do concurso

1. Nos termos do disposto nas alíneas a) e b) do artigo 6.º do Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD), e exclusivamente para efeitos do presente procedimento e do cumprimento de obrigações jurídicas a que esteja adstrita, a entidade adjudicante poderá tratar dados pessoais, nomeadamente de identificação e informação relativa ao registo criminal relativos aos concorrentes, incluindo dos seus representantes, órgãos sociais, trabalhadores, agentes, subcontratados e consultores, e transmiti-los a terceiros, como seja plataformas eletrónicas de contratação, portal dos contratos públicos e outras entidades públicas ou privadas, na estrita medida do necessário e mediante as adequadas medidas de segurança.
2. Os candidatos e concorrentes são responsáveis por garantir o cumprimento das formalidades legais para a transmissão dos dados pessoais dos seus órgãos sociais representantes, trabalhadores, agentes, subcontratados e consultores, no âmbito do procedimento pré-contratual, obtendo os respetivos consentimentos, quando aplicável, e prestando aos titulares dos dados as informações referentes ao processamento de dados pela entidade adjudicante, em cumprimento do direito à informação.
3. Os dados pessoais relativos aos concorrentes, incluindo dos seus órgãos sociais, representantes, trabalhadores, agentes, subcontratados e consultores são eliminados logo que cesse a obrigação

	PROGRAMA DO PROCEDIMENTO	
	Conceção e Implementação de Sistema de Segurança Avançado para Proteção das Instalações do CTI e seus Colaboradores	
	Código do Procedimento	12-111-CTI-25
	CPV	42961100-1
	Código Projeto	C644866475-00000012


legal ou contratual de os conservar.

Cláusula 43ª - Prazos

Todos os prazos indicados no presente documento cumprem o disposto no artigo 470.º do CCP.

Cláusula 44ª - Legislação Aplicável

1. Em tudo o que o presente programa de concurso for omissivo, observar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos e demais legislação aplicável.
2. Ao presente procedimento aplica-se o disposto na legislação portuguesa, nomeadamente no Código dos Contratos Públicos.


	PROGRAMA DO PROCEDIMENTO	
	Conceção e Implementação de Sistema de Segurança Avançado para Proteção das Instalações do CTI e seus Colaboradores	
	Código do Procedimento	12-111-CTI-25
	CPV	42961100-1
	Código Projeto	C644866475-00000012

ANEXOS

- Anexo A – Modelo de Declaração do Anexo I do CCP
- Anexo B – Modelo de declaração prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP
- Anexo C - Minuta de Declaração da Integração dos Requisitos DNSH
- Anexo D – Minuta da Proposta

Anexo A

Modelo de Declaração
[a que se refere a alínea a) do nº1 do artigo 57º, ou a subalínea i) da alínea b) e alínea c) do nº3 do artigo 256º-A, conforme aplicável]

	PROGRAMA DO PROCEDIMENTO	
	Conceção e Implementação de Sistema de Segurança Avançado para Proteção das Instalações do CTI e seus Colaboradores	
	Código do Procedimento	12-111-CTI-25
	CPV	42961100-1
	Código Projeto	C644866475-00000012

1. ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa) e se for o caso, do caderno de encargos do acordo – quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as cláusulas.

2. Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a) ...

b) ...

3 – Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 – Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no nº1 do artigo 55º do Código dos Contratos Públicos.

5 – O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de provação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.


6- Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do nº1 do artigo 55º do referido Código.

7 – O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de provação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

...(local), ...(data), ... [assinatura (4)]


1. Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas

2. (2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada»

	PROGRAMA DO PROCEDIMENTO	
	Conceção e Implementação de Sistema de Segurança Avançado para Proteção das Instalações do CTI e seus Colaboradores	
	Código do Procedimento	12-111-CTI-25
	CPV	42961100-1
	Código Projeto	C644866475-00000012

3. Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do nº1 e nos nºs2 e 3 do artigo 57º
4. Nos termos do disposto nos nºs 4 e 5 do artigo 57º

Anexo B

	PROGRAMA DO PROCEDIMENTO	
	Conceção e Implementação de Sistema de Segurança Avançado para Proteção das Instalações do CTI e seus Colaboradores	
	Código do Procedimento	12-111-CTI-25
	CPV	42961100-1
	Código Projeto	C644866475-00000012

MODELO DE DECLARAÇÃO


[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º]

1 - (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2):

- a) Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de atividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respetivo processo pendente;
- b) Não foi objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (3) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (4)] (5);
- c) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de outubro, na alínea b) do n.º 1 do artigo 71.º da Lei n.º 19/2012, de 8 de maio, e no n.º 1 do artigo 460.º do presente Código, durante o período de inabilidade fixado na decisão condenatória (6);
- d) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º 2 do artigo 562.º do Código do Trabalho (7);
- e) Não foi objeto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (8);
- f) Não prestou, a qualquer título, direta ou indiretamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento que lhe confira vantagem que falseie as condições normais de concorrência.

2 - O declarante junta em anexo [ou indica como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (9)] os documentos comprovativos de que a sua representada (10) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.


	PROGRAMA DO PROCEDIMENTO	
	Conceção e Implementação de Sistema de Segurança Avançado para Proteção das Instalações do CTI e seus Colaboradores	
	Código do Procedimento	12-111-CTI-25
	CPV	42961100-1
	Código Projeto	C644866475-00000012

(local), (data), [assinatura (11)].

- (1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.
- (2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».
- (3) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
- (4) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
- (5) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.
- (6) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.
- (7) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.
- (8) Declarar consoante a situação.
- (9) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.
- (10) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».
- (11) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º

[Assinatura eletrónica do(s) representante(s) legal(ais)]

Anexo C

	PROGRAMA DO PROCEDIMENTO	
	Conceção e Implementação de Sistema de Segurança Avançado para Proteção das Instalações do CTI e seus Colaboradores	
	Código do Procedimento	12-111-CTI-25
	CPV	42961100-1
	Código Projeto	C644866475-00000012

Minuta de Declaração da Integração dos Requisitos DNSH

O presente procedimento de Contratação Pública está inserido num investimento no âmbito do Mecanismo de Recuperação e Resiliência (PRR), visando garantir que as medidas adotadas não prejudiquem significativamente os objetivos ambientais, conforme definido no artigo 17º do Regulamento (EU) 2020/852.

Considerando a descrição da medida e as medidas de atenuação estabelecidas no PRR, em conformidade com as orientações técnicas sobre o princípio de "não prejudicar significativamente" (2021/C58/01), todos os equipamentos a serem adquiridos no âmbito deste procedimento devem possuir emissões nulas.

Na ausência de alternativas com emissões nulas, os equipamentos a serem adquiridos devem representar dos melhores níveis de desempenho ambiental disponíveis no setor, de acordo com a legislação aplicável com a UE e nacional..


O Concorrente declara seu cumprimento (*assinalar opção correspondente*):

A) ☐ **Declaração de Cumprimento:** O equipamento proposto possui emissões nulas.

B) ☐ **O equipamento proposto possui os melhores níveis de desempenho ambiental no setor.**

[Data e assinatura do(s) representante(s) legal(ais)]

Anexo D

	PROGRAMA DO PROCEDIMENTO	
	Conceção e Implementação de Sistema de Segurança Avançado para Proteção das Instalações do CTI e seus Colaboradores	
	Código do Procedimento	12-111-CTI-25
	CPV	42961100-1
	Código Projeto	C644866475-00000012

MODELO DE PROPOSTA

F(indicar a denominação social, número de pessoa coletiva, sede), matriculada na Conservatória do Registo Comercial de, sob o nº, contendo as autorizações exigidas, depois de ter tomado conhecimento do objeto do concurso público de (discriminar)....., a que se refere o aviso em Diário da República, datado de ____/____/2025, obriga-se a executar a referida prestação de serviços em harmonia com as condições e termos expressos no caderno de encargos, mapa de quantidades, projeto técnico, relativamente aos quais declara aceitar, sem reservas, e legislação aplicável, no prazo de execução de _____ e pelo preço total de € _____ (valor por algarismos e por extenso), que não inclui o imposto sobre o valor acrescentado.

À quantia supra acrescerá o imposto sobre o valor acrescentado à taxa de ____% no valor de € _____ (valor por algarismos e por extenso).

Mais declara que o valor acima referido, é decomposto nos seguintes preços parciais dos trabalhos a executar:

Item	Descrição	Qtd	Ud	Preço (S/IVA)
1	(...)			
1.1	(...)			
			TOTAL	

Mais declara que renuncia a foro especial e se submete em tudo o que respeitar à execução do contrato, ao que se achar prescrito na legislação portuguesa em vigor.

Data:

Assinatura (1)

- Assinatura do concorrente se pessoa singular ou do/s representante/s legal/ais do concorrente se se tratar de pessoa coletiva.